



CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM

Conteúdo programático de prática processual

DIREITO DE FAMÍLIA, TRIBUTÁRIO E PENAL

Regras para elaboração da Pasta:

1. Todas as atividades devem ser realizadas de forma **MANUSCRITA**.
2. As peças **MANUSCRITAS** devem ser realizadas na **Folha Modelo 2 fase OAB FAM**, disponível no site **www.vemprafam.com.br/NPJ**.
3. Os relatórios de audiências deve ser elaborados de forma **MANUSCRITA** no **Relatório de Audiências** devidamente assinado, caso seja realizada presencial; caso seja realizada pelo site <https://audienciasonline.com.br/>, necessário anexar também o certificado.
4. Para a aprovação da pasta, **todos os itens abaixo devem ser realizados e datados do segundo semestre de 2023**. A ausência de qualquer de uma das atividades propostas gera a reprovação.
5. Todas as tarefas devem ser postadas no canvas, na data determinada, em formato **PDF em arquivo único**.

1. Prática Processual Civil - Direito de Família

1.1. Peça processual a ser desenvolvida (manuscrita)

Fernanda e Josiana se conheceram no ano de 1998. Nessa época, Fernanda era professora e Josiana, aluna, no curso de Direito. Em março de 1999, elas iniciaram relacionamento afetivo e, em outubro de 1999, resolveram morar juntas. Josiana, então, foi morar no apartamento em que Fernanda residia. Inicialmente, mesmo contra a vontade de Josiana, o relacionamento não foi assumido publicamente, pois Fernanda argumentava que tal revelação poderia trazer consequências nefastas para ambas, no âmbito familiar, profissional e social. A relação afetiva foi se tornando duradoura e, havendo ânimo de perpetuá-la, no ano de 2002, Fernanda e Josiana resolveram, de comum acordo, continuar a convivência em um apartamento mais espaçoso. Para isso, adquiriram um imóvel ao preço de R\$ 190.000,00, que foi mobiliado com esforço comum, ao custo de R\$ 38.000,00. Além disso, adquiriram, também, o automóvel marca CPC, modelo F-1, ano 2001, avaliado em R\$ 25.000,00, para uso compartilhado. Com o passar do tempo, tendo o relacionamento ficado intolerável para Josiana, esta decidiu deixar de conviver com Fernanda.



CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM

Com base nessa situação hipotética, elabore, de forma fundamentada, a petição inicial da ação judicial cabível para a defesa dos interesses pessoais e(ou) patrimoniais de Josiana, considerando a peremptória discordância de Fernanda em pôr termo ao relacionamento (Os dados ou elementos fáticos ausentes na situação hipotética apresentada que sejam imprescindíveis ao desenvolvimento da peça devem ser complementados, respeitada a pertinência fático-jurídica.) (EXAME DE ORDEM oab 2007.2 – UnB/CESPE)

2.Prática Tributária e Processual Tributária

2.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

O Estado X, por ter sofrido perdas de arrecadação com a alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 87/2015, no Art. 155, § 2º, inciso VII, da CRFB/88, instituiu, por lei ordinária, “taxa de vendas interestaduais” com incidência sobre operações de venda destinadas a outros Estados. A taxa tem, como base de cálculo, o preço de venda das mercadorias destinadas a outros Estados e, como contribuintes, os comerciantes que realizam essas vendas, aos quais incumbe o recolhimento do tributo no momento da saída das mercadorias de seu estabelecimento. Por reputar inconstitucional a referida taxa, a sociedade empresária XYZ deixou de efetuar seu recolhimento, vindo a sofrer autuação pelo fisco estadual. Não tendo a sociedade empresária XYZ logrado êxito no processo administrativo, o débito foi inscrito em dívida ativa e a execução fiscal foi distribuída à 4ª Vara de Fazenda Pública do Estado X. Devidamente citada e após nomeação de bens pela executada, formalizou-se a penhora em valor suficiente à garantia da execução. Após 10 dias da intimação da penhora, a sociedade empresária XYZ procura você para, na qualidade de advogado(a), promover sua defesa na referida execução fiscal e obstar a indevida excussão dos bens penhorados. Na qualidade de advogado(a) da sociedade empresária XYZ, redija a medida judicial mais adequada à necessidade da sua cliente, com o objetivo de afastar a cobrança indevida.

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.



CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM

3. Prática Processual Penal

3.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

“A” foi denunciado pela prática de tráfico ilícito de drogas (art. 33, *caput*, Lei 11.343/2006) porque foi surpreendido trazendo consigo, sem licença, substância entorpecente destinada à venda. Encontra-se preso em flagrante. A denúncia foi oferecida. Apresente a defesa preliminar.

5. Audiências e visitas especificadas

5.1. Assistir 03 (três) **audiências** de instrução e julgamento, da **Justiça do trabalho**, pelo site <https://audienciasonline.com.br/>. **Preencher o relatório** das atividades externas e anexar o **certificado**.

5.2. Assistir 03 (três) **audiências** de custódia, da **Justiça Comum Criminal**, pelo site <https://audienciasonline.com.br/>. **Preencher o relatório** das atividades externas e anexar o **comprovante**.

6. Prática Jurídica Real – 40 horas

- A **prática jurídica real** poderá ser cumprida pela realização de **Estágio Externo**, mediante preenchimento de Termo de Compromisso de Estágio e declaração de estágio, com firma reconhecida, de Advogado militante (de preferência em escritório credenciado pela Ordem dos Advogados do Brasil), ou de outras empresas ou órgãos públicos.
- A **prática jurídica real** também poderá ser cumprida junto ao **Núcleo de Práticas Jurídicas** realizando atendimentos à comunidade vulnerável socioeconomicamente, fornecendo informações, orientações, reclamações administrativas perante órgãos de proteção ao consumidor e acompanhamento em mediações familiares. Não havendo demanda da população, será indicada atividade substitutiva.